

The screenshot shows the website 'Arquivo Público do Paraná' in a Chrome browser. The URL is 'www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93'. The page features a purple header with the logo and navigation tabs: 'História', 'Video Institucional', and 'Regimento'. A sidebar on the left lists various search categories under 'Pesquisa Histórica', including 'Sala de Pesquisa Histórica Presencial', 'Guia de Fundos', 'Pesquisa por Itens Documentais (On-line)', 'Registros de Imigrantes', 'DOPS - Série Pastas Temáticas', 'Biblioteca de Apoio', and 'Artigos'. The main content area has a search box with a 'BUSCAR' button. Below it is a section titled 'Pesquisa por Itens Documentais (Documentador)' with a detailed search form including fields for 'Texto para pesquisa:', 'Data Inicial >=:', and 'Data Final <=:', and a 'Pesquisar' button. The footer shows the website URL 'www.arquivopublico.pr.gov.br'.


Também é observado nas áreas “Registros de Imigrantes” e “DOPS – Série pastas temáticas” a possibilidade de preenchimento de campos de busca para ter acesso a esses assuntos específicos. Porém, não foi observado em nenhuma área o inter-relacionamento de informações, através do uso de hiperlinks, propiciando a reconstrução do contexto arquivístico. Portanto, os serviços que o site dispõe oferecem várias possibilidades de atender as demandas dos usuários, pois o site não se limita apenas na disponibilização de instrumentos de pesquisa, mas possui também vários campos de busca onde o usuário pode fazer a combinação de termos e ter acesso as informações. Neste sítio não foi observado a repetição de dados e informações.

Chrome File Edit View History Bookmarks Window Users Help 98% seg 3 de mar 20:16:01 Leonardo...s Bezerra


Arquivo Público do Estad... DOPS - Série Pastas Temáti...

www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79

- > Serviços Arquivo do Estado
- > Publicações
- > Gestão de Documentos
- > Preservação de Documentos
- > Transparência
- > Links de Interesse
- > Exposições
- > Glossário
- > Busca no site




ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ




PORTAL DA TRANSPARÊNCIA Acesso à Informação

Parcerias



Governo Federal



Antecedentes morais e políticos do registrado

O acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, foi recolhido ao Arquivo Público do Paraná em 1991 (Decreto Estadual 577).

Em sua totalidade, é composto por pastas organizadas tematicamente e por fichas de cidadãos investigados. Compreende o período de 1937 à 1989.

Para fins de pesquisa, é possível verificar se um tema consta na relação das Pastas Temáticas por meio de palavras chaves, e opcionalmente pelo ano.

O acesso aos documentos é livre e aberto ao público conforme o Decreto 8.557/2013.

(Digite o tema de seu interesse, utilizando acentuação e cedilha)

Ano (opcional):

Imprimir | Recomendar | Voltar | Início

- **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)** –Neste site, o único meio de se ter acesso a alguma informação de caráter descritivo é por meio de uma publicação intitulada de “instrumentos de pesquisa do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina” no qual faz referencia a todos os instrumentos de pesquisa que foram publicados e que não foram publicados pelo Arquivo público. Existem catálogos, inventários, repertórios e índices. Não menciona a existência de um Guia no Arquivo, o que desfavorece a busca informações mais generalizadas sobre o acervo. A consulta aos instrumentos não se dá pelo site, e sim na ida ao arquivo. O site também não dispõe de campos de busca e de hiperlinks, fragilizando ainda mais os seus serviços. Como não há um efetivo serviço de descrição disposto ao usuário, fica impossibilitado de analisar os demais parâmetros de eficácia descritos anteriormente.

Chrome File Edit View History Bookmarks Window Users Help 98% seg 3 de mar 20:18:44 Leonardo...s Bezerra

Arquivo Público do Est... Nome do site

www2.sea.sc.gov.br/arquivo\_publico/default/default.htm

Governo do Estado de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Administração  
DIRETORIA DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

Arquivo Público Associação de Amigos do Arquivo Público

**EXPOSIÇÃO**  
**FLORIANÓPOLIS:**  
**280 anos de história**

PERÍODO - 24/02 a 23/05 de 2006.  
HORÁRIO DE VISITAÇÃO - 14h às 18h

LOCAL  
Sala de Exposição do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina  
Av. Mauro Ramos, 1264 88020-302  
Florianópolis - SC  
Fone: (48) 3224 8080 / 3224 890  
Fax: (48) 3224 7019

REALIZAÇÃO  
Secretaria de Estado da Administração - Diretoria de Gestão do Arquivo Público  
Governo do Estado de Santa Catarina  
AAA - SC - Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado

CONSELHOS ÚTEIS SOBRE CONSERVAÇÃO

- Livros e Doctos
- Fotografias
- Obras de Arte

NOTÍCIAS/EVENTOS

- Curso Conservação Acondicionamento Acer.Fotograficos
- Curso Conservação Preservação de Documentos

PUBLICAÇÕES

- Catálogo de Instrumentos de Pesquisa
- Catálogo de Publicações AAA
- Boletim Informativo

LINKS

- Links

HOME PAGE

- Voltar

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONVITE

A Secretaria de Estado da Administração - Diretoria de Arquivo Público do Estado e Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado, têm a prazer de convidar Vossa Excelência para participar da solenidade de abertura da Exposição **Florianópolis: 280 anos de história**.

Dia: 23 de Fevereiro de 2006  
Hora: 18h  
Local: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina  
Av. Mauro Ramos, 1264 - Centro  
Florianópolis, SC

- **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)** – No que se refere aos instrumentos gerais, o site oferece ao usuário um guia *online* apenas para os documentos dos tabelionatos de cada município do estado, totalizando 95 fundos descritos. Segue os padrões descritos pela ISAD(G).

The screenshot shows a web browser window displaying the APERS website. The page title is 'Descrição Documental Normalizado pela ISAD(G)'. The content is organized into sections:

**1 – Área de Identificação**

1.1 CÓDIGO(S) DE REFERÊNCIA BR / APERS / T1		1.2 TÍTULO Tabelionatos do Município de Porto Alegre	
1.3 DATA(S) Iniciál 1763	Final 1985	1.4 NÍVEL DE DESCRIÇÃO Fundo	1.5 DIMENSÃO E SUPORTE 448,43 metros lineares de documentos textuais.

**2 – Área de Contextualização**

2.1 NOME(S) DO(S) PRODUTO(S)  
Tabeliões do Município de Porto Alegre

2.2 HISTÓRIA ADMINISTRATIVA/BIOGRAFIA  
Este fundo é composto pela Sede (1º ao 8º Tabelionatos), Freguesia de Santa Cristina, Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Camaquã, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Freguesia de Nossa Senhora do Livramento das Pedras Brancas, Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, Distrito da Barra, Cartório Distrital de Belém Novo, Cartório Distrital da Ilha da Pintada e 6º ao 11º Distritos.  
A freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre já sediava, na prática, a sede do Governo, desde 1773 (em função da transferência da sede da vila de Rio Grande, em decorrência da invasão espanhola). Desde 1803, existiram movimentações no sentido de oficializar sua condição de vila. Contudo tal condição só se efetivou em 1808, com a criação da referida vila; em 1809, com a confirmação desta criação (no mesmo ato que cria os quatro municípios iniciais formadores da Capitania); e, em 1810, com a sua instalação.  
DETALHAMENTO DA LEGISLAÇÃO NO PERÍODO ABRANGENTE DO ACERVO:  
- Edital Eclesiástico, 26 de março 1772 - Eleva a capela de São Francisco à categoria de freguesia, desmembrada da freguesia de Viamão.  
- Edital Eclesiástico, 18 de janeiro 1773 - Substitui o orago de São Francisco do Porto dos Casais pelo de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.  
- Alvará, 23 de agosto 1808 - Cria uma vila na povoação de Porto Alegre.  
OBS: A vila não foi instalada.  
- Provisão, 07 de outubro 1809 - Confirma a criação da vila de Porto Alegre (Alvará de 23.08.1808), com os territórios das freguesias de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhor Jesus do Triunfo e Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia.  
- Carta de Lei, 14 de novembro 1822 - Erige a vila de Porto Alegre em cidade, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O site menciona a existência de fundos de outras instâncias, mas ainda não estão descritos e disponibilizados aos usuários. Apesar de não existir instrumentos de pesquisa para estes fundos, para os fundos de registros civis e do poder judiciário, (195 no primeiro e 103 no segundo), há, para os registros civis um relatório de classificação sintética, no qual traz informações de: código de referência, data-limite, dimensão e suporte. E para os fundos do poder judiciário há uma listagem com os fundos existentes, dividido por comarcas, trazendo informações de código de referência e data-limite de cada fundo. Caracterizam-se também como informações de caráter descritivo, porém para o acesso remoto, essas informações são dispensáveis, pois apenas tem utilidade para o acesso ao arquivo físico. Esses aspectos evidenciam que a descrição neste sítio eletrônico é proporcionada apenas para alguns conjuntos documentais, deixando de fora outros. Apesar desse ponto negativo, o site consegue proporcionar o acesso as informações que ele oferece. A repetição de dados inexistente para as descrições arquivísticas. Também

não foi constatado ferramentas de busca e hiperlinks como facilitador de acesso as informações.

Abaixo, segue um quadro que traz resumidamente as informações que foram coletadas segundo os parâmetros de eficácia.

**QUADRO 3:** Elementos para avaliação da eficácia da recuperação da informação

INSTITUIÇÃO	PARÂMETRO	ELEMENTOS DETECTADOS
<b>APERJ</b>	1	Disponibilização de Guia e catálogos
	2	Faz adequado uso da tecnologia para os serviços que estão dispostos
	3	Não foi detectado o uso de hiperlinks e campos de busca
	4	Não foi constatado repetição de dados de um mesmo conjunto de documentos
	5	Baseado na ISAD (G)
<b>APESP</b>	1	Apresenta guia geral, remetendo aos grupos e séries.
	2	Faz um bom uso da tecnologia para facilitar o acesso
	3	Utiliza os recursos dos hiperlinks e possui campos de busca
	4	Não foi observado repetição de dados. O site possui boa indexação de assuntos
	5	Baseado na NOBRADE
<b>APES</b>	1	Possui guia para quase todos os fundos. Porém as informações são bastante restritas para se ter conhecimento geral do acervo.
	2	Faz bom uso da tecnologia, mas apenas para os serviços que são oferecidos.
	3	Possui hiperlinks e campos de busca apenas para um conjunto específico de documentos
	4	Não foi constatado repetição de dados, dada a pouca indexação feita para os conjuntos documentais.
	5	A descrição não está baseada nas normas
<b>APM</b>	1	Disponibiliza guia geral de todos os fundos custodiados pelo Arquivo.
	2	O site faz um adequado uso da tecnologia, beneficiando os usuários e provendo o pleno acesso
	3	Possui campos de busca e hiperlinks numa eficiente base de dados
	4	O site possui uma eficiente base de dados, com inúmeros termos indexados, e por isso, não há repetição de dados
	5	Descrição baseada na NOBRADE
<b>ARPDF</b>	1	Não oferece instrumentos gerais
	2	Não faz um bom uso da tecnologia
	3	Não possui campos de busca e hiperlinks
	4	Não há repetição de dados descritivos, tendo em vista que eles não existem no site
	5	Não utiliza-se das normas
<b>APP</b>	1	Apresenta um guia geral
	2	Faz bom uso da tecnologia para os serviços que estão dispostos
	3	Apresenta algumas possibilidades de busca em áreas específicas, porém não faz o uso de hiperlinks
	4	Não foi constatado a repetição de dados
	5	Baseado nas normas da ISAD (G)
<b>APESC</b>	1	Não oferece instrumentos gerais
	2	Não faz um bom uso da tecnologia
	3	Não possui campos de busca e hiperlinks
	4	Não há repetição de dados descritivos, tendo em vista que eles não existem no site
	5	Não utiliza-se das normas
<b>APERS</b>	1	Apresenta guia, mas não de todos os fundos custodiados pelo Arquivo
	2	Não faz um bom uso da tecnologia
	3	Não disponibiliza hiperlinks e campos de busca
	4	Não há repetição de dados, pois o interrelacionamento de informações inexistente
	5	Baseado na ISAD (G)

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

### 6.3 ANÁLISE GERAL: COMPARANDO A COMPLETUDE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS

No primeiro subcapítulo, como pode ser verificado no quadro, os sites dos arquivos públicos estaduais, de uma forma geral, possuem mecanismos de busca e recuperação das informações. Porém, foi percebido que possuem suas particularidades no que tange a descrição arquivística. Alguns possuem um grau de completude mais elevado, outros se resumem apenas na disponibilização de instrumentos de pesquisa *online*, e ainda em uns destes sites, as informações de natureza descritiva nem mesmo existem.

Com essas informações colhidas e interpretadas, este subcapítulo tem por finalidade aplicar uma ficha descritiva, de elaboração própria, na qual traz de forma geral informações acerca dos dados que foram anteriormente obtidos, para que assim seja feito um texto de natureza comparativa sobre os serviços que os sites oferecem aos seus usuários remotos.

No preenchimento dos campos, para a área de “formas de recuperação da informação”, será inserido um “X” quando os dados forem positivos, e deixado em branco quando os dados forem negativos. Da mesma forma se dará para responder sobre os “parâmetros de eficácia”.

**QUADRO 4:** Dados sobre as possibilidades de recuperação da informação no sites e levantamento dos parâmetros de eficácia, conforme teoria arquivística.

SITES	POSSIBILIDADES DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO			PARÂMETROS DE EFICÁCIA				
	Instrumentos de pesquisa	Campos de busca	Hiperlinks	Instrumentos gerais	Utilização de tecnologia para acesso	Reconstrução do contexto arquivístico	Não repetição de dados	Normas descritivas
APERJ	X			X				
APESP	X	X	X	X	X	X	X	X
APES	X	X	X					
APM	X	X	X	X	X	X	X	X
APRDF								
APP	X	X		X				
APESC								
APERS	X							

Fonte: Dados da pesquisa. (2014).



Com base nos dados expostos, é possível trazer algumas considerações acerca do processo descritivo nos sites dos arquivos públicos estaduais. Primeiramente, ressalta-se a diversidade dos serviços disponíveis, fazendo com que a qualidade da prática de descrição seja diferente em cada site.

Merece destaque os serviços de descrição arquivística oferecidos pelo APESP e pelo APM. Estes foram os sites que trazem o maior número de descrições arquivísticas, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Em contrapartida, tem-se os sites do ARPDF e do APESC que não contemplam informações descritivas em seus sítios. Isso revela um fator que sempre se sobressai em diversas situações: a constante predominância da Região do Sudeste sobre as demais regiões, fazendo com que os estados de outras regiões fiquem obscuros diante das disparidades. Esses dois últimos sites citados servem apenas para repassar informação geral sobre os sites, deixando de lado o mais importante: a promoção de acesso à informação arquivística. Ou seja, funcionam como um folder institucional.

Existem os sites que oferecem as informações descritivas, porém restritas em apenas disponibilizar instrumentos de pesquisa, elaborados segundo normas específicas. Estes fazem uso da tecnologia de forma inadequada em favor dos usuários. Ocasionalmente também estes sites apenas servem para divulgar o Arquivo. É o caso do APP, APES e APERS.

Vale salientar que, os sites cujo guia é disponibilizado, mas não para todos os fundos documentais, também foram considerados insatisfatórios, pois não é indicado que se contemple certos conjuntos documentais para descrição em detrimento de outros, pois as demandas variam de usuário para cada usuário. Isso pode ser visto nos sites do APES e do APERS.

Encontram-se também indisponíveis aos usuários, os recursos dos hiperlinks e dos campos de busca, restringindo as possibilidades de recuperação da informação e reconstrução do contexto arquivístico, o que para o acesso remoto é de suma importância para o sucesso da recuperação da informação. Acreditamos que tais limitações se devam pelo fato de que as instituições arquivísticas públicas muitas vezes não dispõem de recursos financeiros suficientes para investir em recursos tecnológicos em favor da disponibilização das informações arquivísticas.

Ainda foi considerado insatisfatório os sites que elaboram duas descrições baseadas apenas na ISAD (G). Para ser considerado como satisfatório cada site

deveria ter suas descrição pautada na NOBRADE, pois esta norma possui uma área de descrição a mais da ISAD (G), que é área de pontos de acesso e indexação de assuntos, o que para a descrição na web seria de suma importância, pois permitiria o interrelacionamento de informações, facilitando o acesso. Apenas os sites do AEPES e do APP utilizam a NOBRADE em suas descrições.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos públicos brasileiros possuem um histórico de atuação efetiva voltados para a guarda e preservação dos acervos documentais, não contemplando em suas atividades políticas públicas voltadas para o acesso e disponibilização da informação. Ao longo dos anos, essa característica vem sendo transformada timidamente, e passa a levar em consideração o oferecimento de um serviço não só voltado para a guarda, mas também para atender as demandas de seus usuários.

Com a criação da internet, as possibilidades de transferência da informação se expandem, ocasionando rapidez e facilidade no acesso. Mas para isso é preciso que os mecanismos existentes nesse meio sejam efetivamente utilizados para facilitar o acesso às demandas existentes.

Através da existência de sites para os arquivos públicos torna-se possível a promoção do acesso à informação, sem necessariamente o usuário se deslocar ao arquivo físico. Esse fator pode ser considerado como uma evolução no tocante ao acesso. Porém, para isso se tornar efetivo, é insuficiente que os sites existam. É preciso, antes de tudo, saber utilizar os benefícios e os recursos que a internet propicia.

Em muitos casos, os sites dos arquivos públicos refletem os serviços que estão disponíveis no arquivo físico. Se o arquivo físico propicia ao usuário um acesso pleno, da mesma forma ou pelo menos parecido, é em seus sites. E, da mesma forma, se os arquivos físicos fazem com que esteja indisponível um serviço de referência, igualmente será em seus sítios eletrônicos. Além do mais, a maioria está na web apenas com o intuito de promover uma publicidade de site, dando-lhe visibilidade.

A função arquivística de descrição, no qual permite a representação intelectual, é a responsável por fazer com que as informações contidas no arquivo se tornem úteis e de fácil acesso. Para isso é necessário que tanto os arquivos físicos quanto os seus sites possuam políticas públicas voltadas para tal fim. Se isso não existir, os sites dessas instituições servem apenas como um folder institucional, como pode ser verificado nos dados anteriormente levantados. Esta característica é indevida se apresentar em sites de instituições arquivísticas públicas, conforme afirma CONARQ (2000).

Este trabalho teve como finalidade analisar a descrição arquivística no sites dos arquivos públicos estaduais. Para tanto, foram utilizados referências teóricas voltados para a transferência da informação na internet, descrição arquivística e arquivos públicos brasileiros. Dando resposta à questão levantada no início deste trabalho, os dados levantados demonstram que, de forma geral, a descrição arquivística na internet ainda encontra-se bastante limitada, trazendo uma representação da informação arquivística nos moldes de um arquivo físico, e em alguns casos isso nem mesmo é oferecido. Poucos são sites que podem ser considerados como serviços de referência na internet, como é o caso do APESP e do APM. Esses sites utilizam alguns recursos que a internet oferece em favor dos serviços prestados aos usuários, possibilitando uma maior satisfação por parte deles.

Logo, em resposta a hipótese anteriormente afirmada, os sites dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal, de forma mais generalizada, apresentam uma descrição limitada na web, cuja as possibilidades de representação da informação se expandem. Portanto, pode-se afirmar que a hipótese foi confirmada, se levar em consideração a totalidade de sites pesquisados, pois ainda existem aqueles que atendem a todos os parâmetros de eficácia que foram indicados. Contudo, este são em número menor, ficando impossibilitado trazer uma representação geral da totalidade de sites pesquisados.

Como sugestão de políticas públicas voltadas para a promoção do acesso às informações arquivísticas, propõe-se a intervenção do Arquivo Nacional como agente de ação e de fiscalização. Portanto, o AN deveria elaborar um modelo de descrição a ser seguido pelos demais sites, levando em conta o que a teoria arquivística sobre descrição propõe. Isso se iniciaria primeiramente no âmbito dos estados, para posteriormente se estender aos municípios. Com essa iniciativa, as informações descritivas estariam dispostas de forma padronizada, facilitando a pesquisa para o usuário, e conseqüentemente proporcionando o amplo acesso.

Portanto, o atendimento às novas demandas sugere por si só uma adaptação das práticas descritivas existentes nos sites dos arquivos públicos. Cabe as instituições arquivísticas adotarem modelos profícuos para as suas necessidades e demandas. Esse é o grande desafio da contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R.G. **Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R.G. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. In: \_\_\_\_\_ **Cultura, representação e informação digitais**. Salvador: EDUFBA, 2010. 284p.

ÁVILA, Rodrigo Fortes de. **Além do que se vê: o uso e pós-uso da informação orgânica arquivística**. 2011. 264f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 4ª edição, 2006.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRASIL. Lei nº 8.159 de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados dá outras providências. **Diário oficial da União**. Brasília, 9-1-1991.

BRUEBACH, Nils. **Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais normas de descrição**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 20, n.1-2, p. 47-56, jan/dez. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/134/Castells,M.%20A%20sociedade%20em%20rede.%20Prol%F3go.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

CONARQ. **Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas**. CONARQ, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/diretrizes\\_para\\_a\\_construcao\\_de\\_websites.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/diretrizes_para_a_construcao_de_websites.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição arquivística**: Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf> Acesso em: 26 nov.2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**: 2.ed., rev., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COOK, Michael. **Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 125-132, jan/dez. 2007.

CORTÊS, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil.** 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

DOLLAR, Charles M. **O impacto das TI sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações.** Acervo, Rio de Janeiro, v.7, n.1-2, p.3-38, jan/dez. 1994.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais.** 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Comunicação, Ibcit, Universidade Federal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A normatização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil.** Rio de Janeiro, 2001.

FOX, Michael. **Por que precisamos de normas.** Acervo, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p. 23-30, jan/dez. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Cadernos de Textos. **MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS.** 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o\\_acesso\\_informao\\_arquivstica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2012.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. Arquivos públicos brasileiros: análise da evolução da transferência da informação arquivística na internet. In: \_\_\_\_ **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Santa Catarina, v. 16, n. esp., 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p106>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2ed. São Paulo: atlas, 2009.

OHIRA, Maria L.B.; SCHENKEL, M. B. de Castro; SILVEIRA, CELOI. **Critérios para avaliação do conteúdo dos sites dos arquivos públicos estaduais do Brasil.** Disponível em:

<[http://www.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/619/artigo\\_simposio\\_internacional.pdf](http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_simposio_internacional.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

RONDINELI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface**: Serviços de Informação Arquivística na Web Centrados no Usuário. 2005. 136f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde). Rio de Janeiro. Escola Nacional e Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ, 2005.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

## APÊNDICE



